

Fulgor e ocaso de Podemos. Razões de um adeus

FONTE: [Viento Sur](#) |09/09/2020 TRADUÇÃO: Charles Rosa

A criação de Podemos no Estado espanhol supôs uma importante tentativa de construção de um partido de massas antineoliberal e pluralista à esquerda do social-liberalismo. Essa experiência, que começou muito bem, finalmente terminou muito mal. Quiçá por esta última razão, o título deste artigo poderia haver sido “Fulgor e ocaso de Podemos... como projeto político emancipador”. O objetivo deste artigo é explicar por que foi necessário criá-lo e por que foi necessário abandoná-lo. O que supôs também refletir sobre o balanço que se pode fazer e as lições que se podem extrair da atuação de Izquierda Anticapitalista, hoje Anticapitalistas 1/.

Podemos pôde surgir porque as esquerdas social-democrata e eurocomunista estavam num beco sem saída depois da crise de 2008. A irrupção das e dos indignados de 15-M em 2011 foi o catalisador da aparição de novas expectativas políticas num marco caracterizado pelo avanço imparável do direitista Partido Popular (PP) frente ao governo socialista de José Luis Rodríguez Zapatero. Izquierda Unida (IU) se mostrou incapaz para fazer frente às políticas neoliberais e o Partido Socialista Obrero Español (PSOE) foi um de seus executores. Ambos os partidos suportavam a pesada herança de haver contribuído à criação do regime político da Transição mediante o pacto político com as forças provenientes do franquismo plasmado na Constituição Espanhola de 1978 (CE). Ambos os partidos formavam parte desse regime e, no caso do PSOE, foi um de seus principais pilares. Por outro lado, existia uma ampla apatia e desmobilização social provocada em primeiro lugar pela equivocada estratégia de pacto social a todo custo (a *concertação social*) dos sindicatos majoritários, CC00 e UGT, e a incapacidade dos minoritários para construir uma nova

hegemonia no seio do movimento operário, exceção feita dos sindicatos de classe LAB e ELA no País Basco. Isso possibilitou a reforma do artigo 135 da CE que converteu o pagamento da dívida pública em prioridade dos Orçamentos Gerais do Estado e a imposição de duas regressivas reformas laborais: em primeiro lugar, a aprovada pelo governo socialista de José Luis Rodríguez Zapatero, posteriormente piorada pela legislação do governo do Partido Popular (PP), presidido por Mariano Rajoy, que diminuiu a negociação laboral coletiva, cerceou o papel dos sindicatos nas empresas e atacou ou anulou importantes direitos da classe trabalhadora, o que produziu uma grande desvalorização salarial, aumento da desigualdade, maior peso das rendas do capital que as salariais no produto interno bruto (PIB), aumento da precariedade laboral e extensão da pobreza, com especial incidência na juventude, praticamente expulsada do mercado de trabalho.

Produto de tudo isso surgiu o movimento de 15M como protesto ante a deterioração da situação social e como reviravolta frente ao pântano político. Isso abriu uma janela de oportunidade para modificar substancialmente o mapa político no Estado espanhol. Podemos veio a encher o vazio assinalado e se apresentou como a ferramenta para criar uma nova correlação de forças no âmbito político que, caso tivesse sido consolidada, teria podido ajudar a incentivar um reforço da organização e a mobilização social.

Neste panorama cabe fazer uma exceção e assinalar a importância que tiveram as mobilizações massivas das Diadas ou das jornadas e desafios de 2014 e de 1 e 3 de outubro de 2017 na Catalunha, que expressavam as aspirações nacionais e a exigência do direito de decidir de todo um povo, gerando a maior brecha conhecida na trama do regime de 78 até converter-se em seu principal fator de crise. Momentos nos quais a esquerda política – incluindo o Podemos e seus aliados na Catalunha – desaproveitou uma ocasião de ouro para por-se à

cabeça do maior movimento popular de massas de democrático das últimas décadas no Estado espanhol e disputar a hegemonia e direção políticas ao restante de atores.

Mas Podemos envelheceu rapidamente até a decrepitude acabou aceitando o marco discursivo e os limites da CE de 1978, da economia de mercado e da União Europeia como único horizonte possível. Este supôs um fracasso do projeto Podemos e uma derrota para a esquerda que o impulsionou. E, entretanto, foi ineludível tentá-lo. E conveniente.

O 15M (fortalezas e debilidades) na genealogia e razão de ser de Podemos

A irrupção do movimento das e dos indignados de 15 de maio de 2011 nas praças e ruas de Madri, que imediatamente se estendeu a todas as populações do conjunto do Estado espanhol, incluídas a Catalunha, Euskal Herria e Galícia, supôs a aparição na cena da mobilização social de uma nova geração que não se identificava com os partidos parlamentares (“não nos representam”), se via especialmente afetada pelas políticas de austeridade (“esta crise não a pagamos”), se enfrentava às elites financeiras beneficiárias das ajudas estatais para resgatar à banca (“isso não é uma crise, é uma estafa”) e denunciava os limites do regime política (“lhe chamam de democracia e não o é”).

Portanto, foi um movimento com vocação antirregime, configurado em torno de demandas democrático-radicais que pôs em questão o modelo bipartidarista imperfeito encarnado pelo PSOE e o PP, mas também o *turnismo* no governo do Estado, ora socialista, ora conservador, e o conservador, e o modelo eleitoral. Mas também se constituiu como movimento anti-austeritário frente às políticas econômicas e sociais depredadoras e contrárias à soberania popular, especialmente depois da reforma do artigo 135 da CE e os resgates da banca espanhola, que supuseram um *investimento* público cifrado atualmente em 65 bilhões de euros pelo Banco de Espanha. Por

isso em 15M, ainda que de forma elementar, reclamava outra economia, outro modelo de sociedade e a necessidade de uma nova Constituição. Essa foi sua grande aportação e a mostra de sua energia criativa baseada na atividade de setores de massas. O 15M chegou a ter a simpatia da maioria da população farta do período de austeridade iniciado em 2008 e da esclerose política do sistema.

O 15M significou uma emenda à totalidade dos partidos e sindicatos do sistema e abriu as vias de uma mobilização popular sustentada por diversos setores (as denominadas *marés* da educação, saúde, trabalhadores e trabalhadoras da função pública, etc.) que o fizeram relativamente à margem das burocracias e com novas formas de organização e coordenação. O movimento 15M gerou formas de luta desobediente de massas de novo tipo, baseadas na assembleia como matriz organizadora, que muito pronto desbordaram as organizações tradicionais. Ao 15M se somaram as e os ativistas ecologistas e feministas e setores juvenis que fazia sua primeira experiência.

Cabe ressaltar muito especialmente que em 15M, graças a sua crítica do regime de 78, possibilitou o debate sobre a necessidade de uma ruptura democrática e a abertura de um processo destituente/constituente, que, com a passagem do tempo, levou a Anticapitalistas e a outros setores a falar em plural, pois se necessitava um conjunto de processos constituintes a coordenar que tivesse em conta a existência da questão nacional e não somente a dimensão geral do Estado espanhol.

Mas em 15M também mostrou os limites de um movimento social sem uma expressão política e, em concreto, uma representação eleitoral. Em 2013, a situação política estava bloqueada. Muito pronto, entre os setores mais avançados do ativismo se iniciou o debate sobre a necessidade de uma ferramenta política. Embora todos eles concordaram que nenhuma força que pudesse ser criada poderia se arrogar a representação do movimento do 15M, não cabe dúvidas de que Podemos foi

beneficiário do espírito das e dos indignados.

Os dilemas de Anticapitalistas

Nos meses anteriores ao lançamento de Podemos, no seio de Anticapitalistas o debate sobre o que fazer se vertebrou em torno de três posições. Uma primeira defendia conformar uma frente de esquerdas ou uma aliança tática com a IU que tinha como inconveniente a história recente de subalternidade desta organização ao Partido Socialista, tanto em acordos pré-eleitorais a escala do Estado como na experiência de co-governo na Andaluzia e muitos municípios, e também o descrédito crescente entre a juventude de esquerdas. Outra propugnava impulsionar uma frente de organizações da esquerda radical, todas elas pequenas exceto no País Basco e parcialmente na Catalunha, escassamente implantadas e com traços sectários, o que precisamente haveria suposto para Anticapitalistas colocar-se à margem da ampla corrente de radicalização massiva surgida em 15M.

Uma terceira, defendida pela direção, propunha impulsionar algum tipo de iniciativa de novo tipo, pois considerava que as estruturas de esquerda existentes em aquele momento eram incapazes de ser úteis para dar um salto que levasse a plano político a luta social. Esta última opção resultou ser a majoritária. No seio de Anticapitalistas, e de seu precedente Espaço Alternativo, estava presente o debate sobre a necessidade de apoiar o nascimento de organizações antineoliberais de massas, democráticas e com capacidade para dar as batalhas eleitorais de forma complementar às lutas sociais impulsionadas desde os movimentos. Por isso, ao conceber Podemos lhe foi dada grande importância à ideia de partido-movimento estruturado desde a base no qual depois denominamos círculos.

Ao contrário que outros setores da esquerda, Anticapitalistas, da mesma forma que foi uma das poucas organizações que não teve receio do 15M, foi a primeira que se apresentou a

necessidade e possibilidade de dar um salto político porque considerava que essa iniciativa política não ia a supor um freio para a mobilização que, por certo, já mostrava sintomas de esgotamento como produto do bloqueio do Estado e da recuperação de certas iniciativas por parte dos partidos do regime que começavam a sair de seu desconcerto e paralisia inicial ante um protesto tão estendido como inesperado. Bem ao contrário, Anticapitalistas considerou que era urgente e possível canalizar toda a energia surgida depois do 15M para uma nova batalha que desbloqueasse um panorama político que objetivamente exercia de cadeado. Efetivamente, existia uma grande potência no setor social e político sem representação. Nesse aspecto, Anticapitalistas teve o grande acerto e a audácia tática para impulsionar a *iniciativa Podemos*, cujo alcance e natureza eram de tal envergadura que iam a colocar a prova todas as forças e capacidades da organização.

O que teria passado se Anticapitalistas não tivesse feito isso? Não o podemos saber porque não ocorreu. O que sim sabemos é que os grupos de esquerda radical que não se vincularam ao Podemos se suicidaram com o jugo do sectarismo. É possível que Anticapitalistas tivesse seguido a senda da insignificância política na qual incorreu boa parte dos grupos que ficaram fora. Provavelmente não teria multiplicado suas forças militantes e não teria gozado da ampla audiência que conseguiram seus porta-vozes públicos. Não teria estendido sua organização a todas as comunidades autônomas. Não teria podido organizar atos políticos massivos, tanto presenciais como os *online* que realizou durante a pandemia da Covid-19. Nenhuma de suas propostas sobre a questão nacional ou sobre a desigualdade social teriam alcançado o impacto midiático que tiveram. Não teria podido marcar a agenda política entre a vanguarda, nem se haveria convertido numa referência ideológica e política para os setores mais conscientes do ativismo. Não teria podido efetuar a experiência de trabalho desde as instituições locais, regionais e europeias em clave anti-austeritária e democrática a favor das classes populares.

Neste ponto cabe assinalar que muito cedo Pablo Iglesias e sua equipe obstruíram, mediante o abuso de regulamentos antidemocráticos, a possibilidade de representação anticapitalista no Parlamento estatal, no qual houve uma presença limitada e uma só legislatura.

Mas estas e outras questões que figuram na trajetória de Anticapitalistas não podem ocultar duas questões: 1) A já assinalada de que o projeto Podemos fracassou e que as teses de Anticapitalistas foram derrotadas; 2) que se cometeram erros importantes por parte de Anticapitalistas no processo que ajudaram o triunfo das posições de Pablo Iglesias. Por isso convém recordar/reconstruir criticamente o relato da história de Podemos e fazer o balanço dos passos dados por Anticapitalistas para ter uma visão de conjunto e poder compreender também a outra grande decisão: a de abandonar Podemos e impulsionar Anticapitalistas como um novo sujeito político.

O fenômeno Podemos em toda sua complexidade

A primeira característica de Podemos é que recolheu o sentimento de indignação existente depois da crise de 2008 e a percepção socialmente estendida de que uma minoria saiu beneficiada graças a que uma maioria perdeu e muito. E que esta questão social está intimamente ligada à questão democrática. Pablo Iglesias, em 22 de novembro de 2014, em seu momento mais radicalizado, quando as pesquisas davam como primeira força política a Podemos, desde um linguagem claramente populista de esquerdas mas funcional para as posições da esquerda revolucionária, afirmou que: “A linha de fratura opõe agora aos que, como nós, defendem a democracia (...) e aos que estão do lado das elites, dos bancos, do mercado; estão os de abaixo e os de acima (...), uma elite e a maioria” .

Uma segunda característica singular do nascimento desta formação política é o papel relevante e determinante jogado

por uma pequena mas ativa organização marxista revolucionária, Anticapitalistas, na criação e primeira etapa de desenvolvimento de Podemos. Tanto o documento fundacional “Mover ficha, convertir la indignación en cambio político” como o programa eleitoral para as eleições do Parlamento Europeu do ano 2014 refletem, apesar das lógicas transacionais de linguagem quando várias culturas convergem, a hegemonia das propostas marxistas revolucionárias nas reuniões e assembleias de militantes. Assim mesmo foi imprescindível o concurso de Anticapitalistas em outros terrenos: dar legitimidade à proposta eleitoral ante a esquerda social, facilitar os primeiros meios financeiros, colocar a disposição do projeto sua pequena estrutura organizativa e impulsionar a organização afiliativa de base, os círculos, em quase todo o território do Estado espanhol.

A terceira característica é que Podemos nasceu como um partido sumamente aberto à incorporação de correntes diversas da esquerda social e política, o que pronto se plasmou na incorporação de setores em ruptura com IU, incapaz de sair de sua crise interna e de oferecer alternativas às demandas de uma nova geração de ativistas, assim como no interesse que suscitou nos movimentos sociais, particularmente nos setores da ecologia política e do feminismo. E captou a atenção da geração de 20 anosalheia à política.

.

Três eram as condições *sine qua non* para que o projeto Podemos pudesse construir-se e ser útil. Que mantivesse sua radicalidade discursiva; que estabelecesse laços orgânicos estáveis com os setores operários e populares com maior consciência e combatividade, e que se configurasse internamente de forma democrática para possibilitar a deliberação, a participação da filiação nas decisões e a coexistência criativa e fraternal da ampla pluralidade ideológica e política presente desde o primeiro momento em seu seio. Dita pluralidade abarcava muito diversos aspectos, com

um espectro de diferenças mais amplo que aquele apresentavam seus três componentes políticos principais agrupados em torno da figura de Pablo Iglesias, à de Iñigo Errejón e a Anticapitalistas, cujos porta-vozes públicos mais conhecidos eram Teresa Rodríguez e Miguel Urbán.

Desde sua origem Podemos se converteu num campo de batalha interna entre suas três *almas*. A representada pela corrente anticapitalista – mais ampla que a organização que a animava-, que proclamava a importância do programa e da organização na construção coral do novo partido, assim como a necessidade de impulsionar a auto-organização e mobilização social, a implantação no povo trabalhador e a combinação destas tarefas com as de uma pausada acumulação eleitoral e institucional que deveria colocar-se a serviço de tais objetivos mediante uma relação bidirecional partido-povo trabalhador.

Frente a esta proposta se constituiu uma aliança entre o setor populista de esquerdas de Iñigo Errejón e o setor de Pablo Iglesias na primeira assembleia cidadã de Podemos, conhecida como Vista Alegre I (pelo lugar de sua celebração). Esta aliança se plasmou na criação de uma *camarilha* burocrática composta por duas frações, em constante remodelação segundo a correlação de forças interna, que se apresentou como missão o controle absoluto de Podemos. O objetivo a curto prazo da aliança era bater as posições marxistas revolucionárias.

O objetivo específico de Pablo Iglesias era constituir-se como o líder indiscutido com total autonomia, sem explicitar um projeto que não fosse o de realizar a *ultrapassagem* eleitoral em relação ao Partido Socialista e chegar a governar rapidamente. Para isso não duvidou em radicalizar ou moderar seu discurso conforme a conveniência. Jamais propôs um projeto de sociedade, um programa de governo ou uma estratégia a seguir, nem se consideram as condições e medidas para fazer frente aos ataques do capital. Tampouco se extraíram as lições da intervenção da Troika no caso grego de Syriza. A velha confusão reformista entre aceder ao governo e ter o poder se

repetia, isso sim, com discursos radicais que conectavam com o espírito impugnatório do momento. Toda sua ação política esteve presidida, com um discurso mais ou menos esquerdista, por exercer uma hiperliderança pessoal numa imitação simplista dos aspectos menos interessantes da experiência bolivariana, mas também pelo que poderíamos qualificar de um relativismo programático que permite tirar e fazer desaparecer rapidamente propostas segundo a conveniência tática do momento, sem relação alguma com um projeto de sociedade nem de estratégia para lográ-lo. A hipótese *estratégica* era “nascemos para governar”; ou seja, aceder ao governo como um fim em si mesmo.

Nesta tarefa, Iglesias encontrou durante uma primeira etapa um aliado muito funcional em Errejón, seguidor naquela época das teses de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe ^{2/} sobre a total autonomia do político e a negação do papel que jogam as classes sociais e as disputas econômicas para os marxistas no modo de produção capitalista. Portanto, desde este setor, os discursos e inclusive os artigos na imprensa se encheram de abstratas especulações sobre a construção do sujeito *povo* mediante a criação de uma base eleitoral interclassista ideologicamente transversal em torno da mobilização dos sentimentos por um líder capaz de enfrentar ao povo com uma exígua minoria oligárquica. Isso comportava assumir a improcedência das categorias esquerda e direita ou dos análises de classe, etc. Errejón teorizou a possibilidade de uma rápida vitória eleitoral, à que tinha subordinar tudo: eficácia *versus* democracia, hierarquia *versus* organização de base nos círculos, máquina de guerra eleitoral (expressão literalmente formulada) *versus* partido de massas, participação plebiscitária *versus* deliberação democrática. Depois da primeira vitória interna da *camarilha*, os círculos deixaram de ter capacidade para tomar decisões e a eleição das direções se realizou à margem dos mesmos, através do voto *online* das pessoas que se inscreveram mediante um formulário na página web. Esse era o único compromisso da filiação. Eleições sem debate e personalistas. Esta foi uma opção absolutamente

antitética à do partido militante e à do partido de massas organizado. Impossível, portanto, o controle e revogação dos dirigentes pelas bases.

Estas teorizações não conduziram a um debate teórico e ideológico de qualidade nem nos meios acadêmicos nem nos políticos, para além dos que pôde realizar uma minoria muito implicada na construção de Podemos, mantivesse uma ou outra posição, ou na defesa do *establishment* bipartidarista. As eleições ao Parlamento espanhol de 2015 e 2016, embora supusessem um importante resultado para Podemos, não alcançaram a ansiada *ultrapassagem*. Começou o declive eleitoral junto a uma busca do voto mediante o abandono de qualquer radicalidade. O *momento populista* –laclauiano difundido no Estado espanhol por Chantal Mouffe no principal jornal de âmbito estatal, *El País* 3/– ficou reduzido à mera moda populista. As urnas reduziram a cinzas as teorizações.

No seguinte congresso, em Vista Alegre II, o setor de Iglesias virou a esquerda e depurou ao setor de Errejón. O choque entre esses dois aparatos burocráticos pelo controle do partido expressava o que Jaime Pastor e eu descrevemos como “Pablo Iglesias vs. Iñigo Errejón: entre o eurocomunismo redivivo e o neopopulismo de centro” 4/. Para avaliações como a de Emmanuel Rodríguez, o choque era uma expressão mais da ideologia e da concepção da política *podemista* como mera geração de elites, luta entre as mesmas e cumprimento das aspirações dos componentes universitários de uma classe média progressista sem futuro. 5/. O grau de enfrentamento sectário entre as duas facções dos exilados através da imprensa e das redes sociais anterior à celebração da segunda assembleia cidadã levou a que perigasse a celebração da mesma. Apesar do ambiente enlouquecido geral, o congresso se celebrou graças à labor e *cordura* de Anticapitalistas, tal como um jornalista, Raúl Solís, pouco afim ao marxismo revolucionário, descreveu em sua crônica, surpreendendo-se de que a esquerda marxista revolucionária tivesse uma atitude sensata (sic) 6/. Por

alguns meses a viragem à esquerda de Pablo Iglesias favoreceu a política de Anticapitalistas. Mas Iglesias atacou ao pluralismo. Primeiro marginalizou a Errejón, autêntico Epimeteo desta história, que quando descobriu tardiamente o tipo de partido que ele havia desenhado e pôde comprovar o que brotava da caixa de Pandora podemista, decidiu sua ruptura por razões políticas, mas sobretudo porque não podia respirar numa organização sem democracia. Ato contínuo começou a depuração, mediante medidas burocráticas, de Anticapitalistas.

Muito pronto começou uma evolução, com giros à direita e à esquerda, de Pablo Iglesias para suas concepções juvenis de raiz eurocomunista; inclusive realizou a recuperação da memória de Santiago Carrillo, o dirigente do Partido Comunista da Espanha (PCE) que junto a Enrico Berlinguer, do Partido Comunista Italiano, e Georges Marchais, do Partido Comunista Francês, foram os pais do eurocomunismo, a *nueva forma* (como eles mesmos a denominaram) de conseguir aceder ao governo através do sistema parlamentar. Iglesias começou a reivindicar as bondades da CE como escudo social democrático, como se a mesma pudesse ser picada e cada artigo não tivesse conexão com outro nem respondesse a uma lógica de legitimação do regime liberal pós-franquista. Num tema chave se passou, como já se analisou em outros artigos de **Viento Sur**, da impugnação da Constituição à reforma parcial da mesma “quando seja possível”.

Embora Pablo Iglesias tenha usado em seu discurso o repertório conceitual de Laclau, provavelmente não foi um discípulo aplicado do mesmo, mas sim o beneficiário. As teorias do intelectual pós-marxista pareavam bem com a via eleitoralista ao *poder* e com o papel preeminente de Iglesias no processo. Os chamados abstratos à democracia como a ferramenta para transformar a sociedade no marco das instituições da democracia liberal – que não se põem em tela de juízo – conduzem à impotência do populismo de esquerdas e do eurocomunismo para poder governar melhorando substancialmente,

de forma duradoura, as condições de vida das gentes numa situação de crise econômica; menos ainda para transformar a sociedade. Tem razão Stathis Kouvelakis quando critica Laclau porque seu conceito de *democracia radical*, que exclui a ruptura com a ordem socioeconômica capitalista e com os princípios da democracia liberal, supõe uma autolimitação. E recorda que, ao contrário do que afirma Laclau, é a luta de classes a que atua como “agente do sujeito político” e não a chamada “razão populista” 7/.

Em cada um dos comícios seguintes, incluídos os de 2019, nos quais Pablo Iglesias encabeçou a aliança de Podemos com IU denominada Unidas Podemos (UP), a perda de votos e assentos é constante e esmagadora. O peso e a presença nos meios de comunicação também decaem; Podemos já não *marca* a agenda política nem os temas do debate público e o prestígio da organização – que em seus primórdios foi muito alto – decai em cada pesquisa de opinião. E começou a busca desesperada de espaços mais tradicionais de esquerda e de centro-esquerda em busca do voto faltante. O mesmo resultado e destino teria Más País, a cisão de Iñigo Errejón.

Se em seu início Podemos teve uma grande capacidade de atração com seu discurso impugnador e *ganhador*, os resultados eleitorais transformaram esse ímpeto num descarnado e possibilista “nascemos para governar”. Este giro se viu favorecido pelo processo de involução política de IU com o triunfo das teses governistas e de subordinação crescente a Podemos. UP abandonou toda veleidade de manter um perfil próprio e diferenciado de esquerdas e isso se plasmou simbolicamente em seu cerramento de fileiras em defesa de Nadia Calviño tanto ante a UE como nos fatos ao sul dos Pirineus.

As debilidades e erros de Anticapitalistas

O resultado da confrontação reformistas/revolucionários no seio de Podemos não estava assegurado de antemão, mas junto a

dificuldades para levar adiante uma política anticapitalista em e desde Podemos, existiam possibilidades reais de fazê-lo. Isso exigia sair da zona de conforto na qual tantas vezes se instalam os grupúsculos e seitas da esquerda radical que limitam sua atividade à autoconstrução, a denúncia e adiamento ao restante de agentes políticos e ao propagandismo sem vontade nem capacidade de desenhar projetos políticos para a ação de massas e em relação com as mesmas. Anticapitalistas apostou forte, teve audácia e desenvolveu seu potencial programático e tático.

A tarefa era hercúlea: levantar do nada um partido de massas numa situação de crise social, mas com escassa cultura e tradições de militância organizada. Num marco de crise do regime político – dada a revolta da juventude e a amplitude do conflito catalão com o Estado central -, mas com os aparatos de Estado pós-franquistas incólumes, sem fissuras. Com uma crise do bipartidarismo que provoca uma situação de ingovernabilidade, mas com um Partido Socialista *estabilizador* que mantinha a confiança, diminuída mas ainda majoritária, do povo de esquerdas... Nessas condições, a construção da alternativa era missão difícil. Os fatores que explicam a janela de oportunidade existente para a construção de Podemos podiam jogar como seu calcanhar de Aquiles; por exemplo, os anos de destruição e retrocesso da consciência do movimento operário e de derrubada da esquerda política reformista e revolucionária; mas, sobretudo, que ainda não se havia produzido a crise orgânica. Tudo isso dificultava objetivamente o êxito do projeto de Anticapitalistas para fazer de Podemos uma alavanca emancipadora.

Entretanto é preciso evidenciar alguns erros e debilidades que, à margem das dificuldades objetivas, lastraram o Anticapitalistas. Um primeiro equívoco foi aceitar de fato o estreito marco que *camarilha* impôs mediante a legalização de forma secretista e manobreira de uns estatutos antidemocráticos e hierárquicos que concediam a titularidade

jurídica à equipe de Iglesias. Com isso se tentava ocultar o Anticapitalistas como sujeito político fundador e apresentar seus militantes como conspiradores externos, *entristas* e inimigos do projeto (sic) que eles mesmos haviam criado! Recorde o leitor o retrato do comício de Lenin e Trotsky cuja imagem foi censurada e modificada por Stalin num alarde de magia fotográfica para apagar a memória e patrimonializar a revolução. Pois algo assim ocorreu no Podemos. Como qualificar esta atitude de Anticapitalistas? Hoje somente cabe um adjetivo: ingênua confiança irresponsável.

Houve uma superestimação voluntarista da capacidade de ação de nossas modestas forças militantes organizadas, não tanto para vertebrar a inicial resposta espontânea e massiva das e dos ativistas, mas frente a hiperlideranças construídas nos meios de comunicação e o vínculo plebiscitário existente (e fomentado) entre o *líder carismático* e as *massas* quando não há um processo de politização profundo, de formação de quadros, de estruturação sistemática da militância e de relação orgânica com setores amplos do povo de esquerdas, e, entretanto, sim existe um profundo sentimento de necessidade de mudança e de novas direções e de novos representantes. Este fator foi chave no nível de autonomia que alcançou Pablo Iglesias em sua figura de secretário-geral – que se elege à margem do resto da direção de forma plebiscitária – para impor sua dinâmica em Podemos, marginalizar toda proposta de estruturação democrática e justificar todo tipo de oscilações políticas em função de seus interesses em cada conjuntura.

Eram os tempos nos quais Podemos pôs de pé o denominado por Santiago Alba “comando midiático” que, durante um curto espaço de tempo, revolucionou eficazmente a comunicação política tanto nas redes sociais como em sua relação com os meios de comunicação audiovisuais. Esse dispositivo partidarista foi apropriado exclusivamente pelo tandem Iglesias-Errejón. Frente a isso, Anticapitalistas – dado que o acesso ao comum de Podemos foi vetado pela *camarilha* burocrática – não organizou

nem sequer de forma embrionária um sistema de comunicação, por modesto que fosse, que lhe permitisse expressar suas posições em meios e redes de maneira autônoma. Isso constituiu durante tempo um dos eixos mais pesados que lastrearam sua atividade.

O neocaudilhismo no Estado espanhol se inspirou ideológica, política e organizativamente nas experiências populistas latino-americanas hoje em declive, mas a direção de Podemos defendeu sua necessidade “conjuntural” e “instrumental” – fingindo fazer isso contra sua vontade – com o mantra de sua conveniência e oportunidade ante a “lógica eleitoral e comunicacional na sociedade do século XXI”. O problema seguinte e concatenado com o anterior que não detectou a tempo Anticapitalistas é que esse caudilhismo conectou muito bem com setores procedentes de experiências pós-estalinistas e nos mais despolitizados, que aceitaram de bom grado hierarquização da organização na qual muitos deles começaram a autodenominar-se *soldados*.

Este rápido processo de burocratização se viu favorecido porque alguns setores de ativistas de esquerda dos movimentos sociais, carentes de suficiente consciência política, olharam inicialmente com desprezo ao Podemos e o setor anticapitalista não pôde contar com sua ajuda num momento crucial. Depois do êxito eleitoral do novo partido se aproximaram cegos para o mesmo como mosquitos à luz. Tarde para modificar em clave democrática a organização. Sem rumo político, alguns se acomodaram na nova situação, outros simplesmente buscaram um emprego nos interstícios institucionais, e a maioria abandonou o Podemos junto a grande parte das pessoas que haviam se filiado.

Nessa situação, Anticapitalista cometeu um erro em Vista Alegre I. Dado que o marco de disputa estava centrado no modelo organizativo, centrou seu esforço quase exclusivamente em dar resposta à questão democrática interna, assunto realmente importante, mas sem apresentar com suficiente energia a batalha por um projeto político para haver agregado

no entorno de Anticapitalistas as correntes de radicalização existentes. Ensino de então e para o futuro: estabelecer a relação entre projeto político e aspiração a uma sociedade ecossocialista e feminista é a condição *sine qua non* para construir os agrupamentos políticos estratégicos que deverão ter um horizonte de sociedade pós-capitalista. Somente assim se poderá criar e unificar um bloco histórico antagonista. Anticapitalistas não conseguiu colocar no centro da construção do Podemos esta questão e isso permitiu à direção de Podemos manobrar e mudar conforme sua vontade as posições políticas e, portanto, definir os objetivos em função de seus interesses imediatos.

Mas a questão fundamental é que se a tarefa era hercúlea, Anticapitalistas não só tinha um deficit em sua entidade numérica, mas também em sua implantação social e, ainda mais importante, no grau de coesão política que tinha antes de empreender o projeto que propunha a direção do partido. Por isso houve fugas por parte de algum setor menos audaz, mais sectário e esquerdista que ao cabo de pouco tempo era inexistente. Mas também houve perdas num setor que reduziu suas expectativas à via eleitoralista e que deixou de ver necessária a existência da organização marxista revolucionária no marco de uma mais ampla.

A direção de Anticapitalistas fez uma boa leitura da conjuntura que levava à conclusão de fundar o Podemos, mas não dos requisitos políticos para abordar esse salto. Desta questão, e pensando nas tarefas pós-Podemos, se pode extrair uma lição: a necessidade de contar com uma importante preparação ideológica e estratégia partidária prévia a empreender decisões dessa envergadura. Mas dado que não podem adivinhar-se magicamente nem predizer-se cientificamente as situações nas quais vão a se apresentar novas janelas de oportunidade que permitam saltos qualitativos, é imprescindível criar consciente e planificadamente uma consciência partidária interna superior à que de forma

espontânea e rotineira se dá. Isso deve constituir uma tarefa central, constante que será de grande utilidade para atuar a uníssono, com pensamento estratégico, engenho tático e criatividade organizativa, de maneira que as oportunidades e possibilidades se transformem em fortalezas e realidades.

Nos veremos nas lutas

Tal como explicava Raúl Camargo numa entrevista **8/**, as razões de fundo da saída de Anticapitalistas de Podemos são duas. Por um lado, a inexistência de vida interna democrática numa organização cujos órgãos rara vez se reúnem nem deliberam, não se respeita a proporcionalidade para a eleição de cargos de direção interna ou nas candidaturas eleitorais decididas pelo secretário-geral, fatores todos eles que impedem o desenvolvimento de uma vida orgânica pluralista. Por outro lado, porque o processo de aceitação do marco constitucional do regime do 78 e de adaptação flexível à economia de mercado da equipe de Iglesias foi acompanhado de uma aproximação ao PSOE, que culminou na formação de um governo conjunto no qual UP cumpre um papel subordinado e secundário.

Os acordos orçamentários de UP com o PSOE e o programa de governo de coalizão se subordinaram aos requerimentos do Pacto de Estabilidade e Crescimento. É um governo que, sob a hegemonia e atenta vigilância da ministra Nadia Calviño, tem uma política econômica e social determinada pelos limites que em cada momento marcam a Comissão Europeia, o Conselho, o Eurogrupo ou o BCE. É inegável que a alma social que inspira o Podemos, mas suas propostas, e assim se mostrou na pandemia, têm um alcance limitado. As medidas em defesa dos mais desfavorecidos são necessárias como paliativas mas insuficientes, as de ordem laboral têm data de caducidade e apostam por um endividamento ainda maior das arcas estatais e um alívio para os benefícios empresariais.

Na curta experiência do chamado governo de progresso, UP realizou uma catarata de concessões, renunciando inclusive a

questões do programa acordado com o PSOE e consentiu em silêncio importantes retrocessos políticos e decisões econômicas. Uma das próximas provas será sua atitude ante a flagrante crise da instituição monárquica, que não será derrotada somente com pronunciamentos em sede parlamentar.

De pouco serve reagrupar o *povo*, apelar aos interesses da *gente*, ter presença eleitoral ou fazer parte de um governo se não é ao redor de um projeto que ponha fim a sua alienação. O que, com maior razão, nos obriga a recordar categorias como classe social e exploração; a conceber a maioria social não como soma aritmética de indivíduos mas como agregado algébrico da classe trabalhadora com todos os setores sociais com contas pendentes com o sistema e suscetíveis de configurar um novo bloco hegemônico. Ou seja, conceber o povo como real sujeito político antagonista e candidato ao poder em todos os sentidos. Isto é bem diferente de circunscrever seus avanços à mera ocupação por parte de uma nova elite de jovens políticos profissionalizados de umas poucas e marginais pastas ministeriais.

Podemos se converteu num aparato eleitoralista plebiscitário que, embora ostente a representação de uma parte da esquerda, ainda de forma minguante, é um impedimento para o desenvolvimento da auto-organização popular. Por um lado, porque sua direção se reduziu à luta política meramente institucional; por outro lado, porque tem uma relação instrumental com as organizações sociais. Isto é complementar e funcional com a orientação governista de Iglesias, caracterizada por *governar a todo custo*, para inserir-se na estrutura da gestão progressista do aparato de Estado, limitando a agenda de trabalho a critérios possibilistas e renunciando ao objetivo da transformação do sistema político, econômico e social; assumindo constantemente a lógica do *mal menor*, tal como neste momento pode verificar-se na gestão da crise social pós-Covid-19.

Em síntese, a radiografia atual de Podemos é a de um partido

hierarquizado cujos órgãos diretivos não têm vida, identificados com o grupo parlamentar e com os membros do governo, um partido que perdeu quase absolutamente sua base militante – a que se somou em seu nascimento – e que reduziu sua atuação política à presença institucional carente de ideias e propostas transformadoras. E seu principal objeto de reflexão é sua localização na estrutura estatal e nos avatares do próprio Podemos. Um partido que na classificação que fez Antonio Gramsci em suas *Breves notas sobre a política de Maquiavel* se dedica à “pequena política”, às “questões parciais e cotidianas que se colocam no interior de uma estrutura já estabelecida pelas lutas de preeminência entre as diversas facções de uma mesma classe política”. E abandonou a “grande política”, a que realmente “trata de questões de Estado e de transformações sociais”. E incorreu no erro – que já advertia Gramsci – de que “todo elemento de pequena política” se converta “em questão de grande política”.

Não são boas notícias. A situação política atual não favorece às posições de esquerda, apresenta grandes dificuldades e desafios em ausência da mediação de um partido de massas. Mas esta constatação não pode obviar os aspectos positivos acima destacados que para Anticapitalistas tem em haver realizado esta experiência e que possibilita que a organização marxista revolucionária possa seguir cumprindo, como propõe Brais Fernández ^{9/}, um papel ativo na crise do regime de 78. Para isso deverá impulsionar novas alianças políticas e sociais frente às políticas austeritárias, seguir trabalhando pela criação de novos agrupamentos antineoliberais com influência de massas, como é o caso de Adelante Andalucía, promover a organização de lutas sindicais, sociais, ecológicas, feministas e juvenis e em defesa do público, além de ser uma referência ideológica e cultural nos debates existentes para definir um novo projeto ecofeminista e social.

Manuel Garí é membro de Anticapitalistas e do Conselho Assessor de **viento sur**

Notas

1/ Izquierda Anticapitalista participou no processo de criação do Podemos nos anos 2013 e 2014 e logo passou a se denominar Anticapitalistas. Dado que há uma continuidade política e organizativa absoluta entre ambas as denominações, uso o nome de Anticapitalistas ao longo de todo o artigo por comodidade minha e para facilitar a leitura a quem aceda ao texto. Para conhecer melhor este trânsito formal <https://vientosur.info/spip.php?article9779>

2/ De pronto, durante um curto espaço de tempo, as prateleiras das livrarias se encheram de obras de Laclau como *La razón populista*, *Hegemonía y estrategia socialista* de Laclau e Mouffe o *Construir pueblo. Hegemonía y radicalización de la democracia* de Mouffe e Errejón. O que não sei é se realmente tiveram êxito de leitores.

3/ https://elpais.com/elpais/2016/06/06/opinion/1465228236_594864.html

<https://vientosur.info/spip.php?article14555>

5/

<https://vientosur.info/El-podemismo-como-problema-y-como-ideologia>

6/ http://www.huffingtonpost.es/raul-solis-/la-cordura-de-los-anticap_b_14635506.html?ncid=engmodushpmsg00000009

7/ <https://www.vientosur.info/spip.php?article14995>

8/ https://www.eldiario.es/politica/raul-camargo-podemos-gobierno-psoe_1_5963428.html

9/ <https://vientosur.info/Y-despues-de-Covid19-que-hacemos-Notas-para-una-discusion-en-la-izquierda>